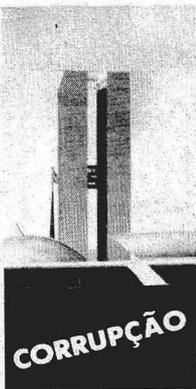


CPI ainda não tem elementos para convocar governadores denunciados

Orçamento

LUIZA DAMÉ

A CPI do Orçamento não tem elementos suficientes para inquirir os três governadores citados pelo ex-assessor do Senado, José Carlos Alves dos Santos, em seu depoimento. A exemplo do que vai acontecer com as



CORRUPÇÃO

empreiteiras, membros da CPI consideraram mais prudente esperar que as subcomissões levantem informações ligando os governadores Joaquim Roriz (Distrito Federal), Edison Lobão (Maranhão) e João Alves (Sergipe) com o esquema de corrupção do Orçamento antes de chamá-los para depor.

O calendário de depoimentos da próxima semana não chegou a ser definido na reunião plenária da CPI do Orçamento mas a previsão é que sejam chamados somente parlamentares. Entre eles, os deputados Ibsen Pinheiro, Pedro Irujo e Flávio Derzi. Membros da CPI argumentam que mesmo no caso do governador Roriz, que a Subcomissão

de Bancos já levantou uma movimentação superior a US\$ 1,6 milhão em 89, não há indícios de que esses recursos tenham ligações com as liberações do Orçamento.

Vexame — “Se chamarmos o Edison Lobão aqui, o que vamos perguntar a ele?”, questionou um integrante da Subcomissão de Emendas Orçamentárias, ao acrescentar que a CPI tem um número extenso de pessoas a serem ouvidas e não pode perder tempo com depoimentos infrutíferos. Os parlamentares temem novos vexames como o patrocinado na inquirição do deputado Ricardo Fiúza, que conseguiu cansar os membros da CPI, sem nenhuma prova para contestar suas respostas. O deputado inclusive está na lista dos prováveis convocados para reinquirição.

Além disso, o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, está preocupado com o número de pessoas sujeitas a serem convocadas para prestar depoimento. A lista consta de 33 nomes que teriam de ser ouvidos a partir da próxima semana. Por isso, uma das propostas é que as subcomissões ouçam representantes de empreiteiras, analisando a necessidade de serem inquiridos em plenário.